

DEFINIÇÕES DE EDUCAÇÃO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESTUDOS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO BRASIL

T. T. DA S. DUARTE¹, M. A. DE AZEVEDO²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1771-3512>¹

duartetathiane@gmail.com¹

Submetido 03/11/2021 - Aceito 11/11/2021

DOI: 10.15628/holos.2021.13256

RESUMO

Objetiva-se analisar estudos sobre o Programa Nacional Mulheres Mil (PMM) nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Brasil, realizando o levantamento quantitativo, localizando nas regiões em que foram produzidas, considerando para análise as concepções de educação, trabalho e políticas públicas definidas nos trabalhos. Parte-se do entendimento de que política pública é ação de Estado e que essas são direcionadas para solucionar problemas sociais. Assim, problematiza o direcionamento do PMM às mulheres em situação de vulnerabilidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa do tipo estado do

conhecimento que tem como finalidade levantar dados sobre o conhecimento produzido a respeito da temática, por meio do mapeamento sobre o que outros pesquisadores já publicaram. Os resultados apontaram que os trabalhos trazem uma discussão sobre educação e trabalho e articulam a visão de mercado de trabalho a partir da compreensão de que as políticas públicas tem um papel fundamental no progresso de uma sociedade, nesse sentido, é importante refletir sobre a qualificação das pessoas, para que se possa proporcionar um desenvolvimento para além do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Políticas Públicas, Programa Nacional Mulheres Mil

DEFINITIONS OF EDUCATION, WORK AND PUBLIC POLICIES IN STUDIES ON THE NATIONAL THOUSAND WOMEN PROGRAM IN BRAZIL

ABSTRACT

The objective is to analyze studies on the National Thousand Women Program (PMM) in the academic productions of *Stricto Sensu* Graduate Programs in Brazil, carrying out a quantitative survey, the regions in which they were produced, considering for analysis the conceptions of education, work and public policies defined in the works. It starts with the understanding that public policy is State action and that these are directed towards solving social problems. Thus, it problematizes the targeting of the PMM to women in vulnerable situations. The methodology used was

state-of-the-art (or state-of-the-art) research, which aims to collect data on the knowledge produced on the subject, by mapping what other researchers have already published. The results showed that most of the works discuss about education and work and articulate the view of the labor market from the understanding that public policies have a fundamental role in the progress of a society, in this sense, it is important to reflect on qualification people, that development beyond the labor market can be provided.

Keywords: Education, Work, Public Policies, National Thousand Women Program

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo traz análises sobre pesquisas que têm como objeto de estudo o Programa Nacional Mulheres Mil (PMM). Nesse sentido, objetiva-se analisar estudos sobre o PMM nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Brasil, realizando o levantamento quantitativo e as regiões em que foram produzidas, considerando para análise as concepções de educação, de trabalho e de políticas públicas abordadas nas teses e dissertações analisadas. Parte-se do entendimento de que política pública é ação de Estado e que estas são direcionadas para solucionar problemas sociais.

Assim, problematiza o direcionamento do PMM às mulheres em situação de vulnerabilidade, considerando-se que, quem se encontra em situação vulnerável carece de políticas públicas que vão além do aparato formativo para o trabalho, principalmente se considerarmos que a educação é um processo que não ocorre alijado das dimensões históricas, sociais, econômicas e de produção da existência.

Para Saviani (2007), a origem da educação coincide com a origem do homem, logo, a formação do homem é um processo educativo e tem acompanhado a história da humanidade. Isto é, o homem não nasce homem, ele forma-se homem, ele necessita aprender a produzir a própria existência. Para esse autor, “o ato de agir sobre a natureza, transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho”. Ou seja, as ações humanas nas transformações da natureza para a criação de espaços melhores de se viver e conviver são produtos oriundos do trabalho do homem. (SAVIANI, 2007, p. 154),

Deste modo, a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade, homem e natureza envolvidos por um processo de transformação que é histórico e social e, sendo histórico-social, é econômico. Os homens aprendem a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendem a trabalhar na convivência com o trabalho: seja trabalhando, seja estudando, para aprender uma profissão. No trabalho, o homem lida com a natureza, relacionando-se uns com os outros, educam-se e educam as novas gerações, daí porque essa relação é histórico-social (SAVIANI, 2007, p.154).

Segundo Wu (2014, p.17-18), “o processo de políticas públicas consiste em uma gama de atividades muito mais abrangente do que simplesmente tomar decisões. Ele inclui a definição de agendas, o desenvolvimento de alternativas, a implementação de decisões e a avaliação de medidas públicas”. As políticas públicas são pensadas para a solução de problemas que afetam a sociedade e necessitam de intervenção do poder público para que possamos enfrentar essas dificuldades.

Já para Rocha e Silva (2021, p.2), “as políticas públicas se constituem no arcabouço estatal que permite a formalização, a organização e a operacionalização dos interesses sociais e econômicos de efetivação do ideário societário”. Sendo assim, diante dessas concepções, a análise empreendida nesse trabalho considera a relação educação e trabalho como proposta no PMM, envolvida em uma política pública direcionada para mulheres em situação de vulnerabilidade social, de modo a compreender como os autores que produzem trabalhos sobre o PMM concebem políticas públicas como uma ação estatal direcionada a uma finalidade específica.

O PMM traz em suas propostas iniciais uma preocupação com a educação e a cidadania com o que corrobora as ideias de autores como Panariri-Antunes *et al* (2016) ao afirmar que,

O programa está estruturado em três eixos - educação, cidadania e desenvolvimento sustentável – e possibilita a inclusão social, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, para que essas mulheres consigam melhorar a qualidade de suas vidas e das de suas comunidades (PANARIRI-ANTUNES *ET AL*, 2016, p. 154).

Como procedimentos teórico-metodológicos, optamos pelo levantamento do estado do conhecimento sobre o PMM, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), seguindo as recomendações de Fernandes e Morosini (2014, 158), que “possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida”. Passos esses que nos ensinam que é necessário identificar, registrar, localizar e categorizar com vistas às reflexões. É com essa perspectiva metodológica que fomos à busca das concepções sobre educação, trabalho e políticas públicas nos estudos encontrados, observando-se como esses as definem.

A temática se insere nas discussões sobre o ideário de educação como instrumento de desenvolvimento e exercício da cidadania, uma vez que o PMM é centrado num processo de superação das desigualdades sociais pelas vias da educação para o trabalho como forma de superação da vulnerabilidade social das mulheres atendidas por essa política no país desde sua formulação e assunção como uma política nacional no Brasil, de acordo com Rocha e Silva (2021).

Sendo assim, apresentaremos as produções acadêmicas acerca do PNMM nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Brasil, no sentido de mostrarmos os estudos antecedentes sobre a temática na expectativa de que esse trabalho possa contribuir com novos estudos sobre o tema.

2. O PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL E SUA FORMULAÇÃO

O Programa Mulheres Mil foi desenvolvido no âmbito das políticas de educação profissional, ou seja, das políticas de formação para o trabalho. Foi inicialmente gestado como experiência piloto no Rio Grande do Norte, em 2005, e estendido a mais 12 Institutos Federais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Sergipe e Tocantins, totalizando em 13 estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Sua formulação ocorreu mediante acordos entre o Brasil e o Canadá, a partir de 2007. Para Rocha e Silva (2021, p. 6):

O acordo bilateral internacional de cooperação técnica entre o Brasil e o Canadá se dá por meio da representação do Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e representação do Canadá, por meio da Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional (CIDA).

A agenda política do governo na qual foi pensado o Programa Mulheres Mil acomodou as oportunidades comerciais e acordos entre o Brasil e o Canadá diante das metas estabelecidas no plano internacional, relacionadas ao enfrentamento das desigualdades sociais, contemplando a educação, as questões de gênero, a equidade social e a autonomia financeira, ou seja, trata-se de uma agenda concatenada com os interesses econômicos e com os compromissos firmados com as agências



internacionais financiadoras das reformas educacionais dos países signatários dos acordos firmados em nível mundial e, de forma particular, os compromissos e parcerias do Brasil.

A princípio, seu objetivo era promover a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres em situação de vulnerabilidade social dessas regiões até o ano de 2010 (BRASIL, 2011).

O PMM foi regulamentado como política nacional através da Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Essa portaria mostra que, nesse ano, o Programa foi institucionalizado em todo espaço brasileiro, estendendo-se pelos Institutos Federais de todas as unidades da federação, tendo como objetivo qualificar 100 mil mulheres até o ano 2014. Já em 2013, o PMM passou a ser um componente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Pronatec foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O PMM assume a denominação de Programa Nacional Mulheres Mil e se encontra implantado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, direcionando-se para mulheres em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2011). Vemos, assim, que a entrada do programa na agenda política do país começa por um acordo bilateral conforme Silva e Rocha (2021), e por uma experiência piloto nas regiões consideradas mais pobres do país, seguindo para sua formulação e regulamentação como um programa de abrangência nacional.

Observamos que, as políticas públicas de educação profissional e a questão de gênero no Brasil, a partir da análise do PMM, se inserem nas abordagens sobre a concepção de educação como instrumento de avanço e desempenho da cidadania social, uma vez que o programa se realiza no processo de superação das desigualdades sociais pelas vias da educação, priorizando a formação inicial para o trabalho. Essa concepção se encontra assentada nos diversos documentos legais que oficializam o referido Programa. Esse movimento legal, afirma Cabral Neto (2004), está densamente presente, porém, apresenta matizes diversos nos discursos acadêmicos e científicos, bem como nos mais diversos planos e programas governamentais em âmbito nacional e mundial; assumindo configurações próprias em cada contexto social e, carregando a crença de que a educação pode resolver os problemas sociais, inclusive os que colocam mulheres em situação de vulnerabilidade.

O PMM, inicialmente implantado por meio de uma parceria com *Colleges* canadenses, visa oferecer as bases de uma política social de inclusão de gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social, para que essas mulheres, por meio da educação que forma para o trabalho, supere tal situação. (ROCHA; SILVA, 2016).

Salientamos que o programa ganhou folego com a criação da Secretaria Especial das Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), em 1º de janeiro de 2003, com *status* de ministério. Esse foi um marco histórico para o Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovem a igualdade entre mulheres e homens. Em julho de 2004, fomentada pela SPM/PR, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM), com a presença de 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I Plano



Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), envolvendo mais de 120 mil mulheres de todas as regiões do país.

Em agosto de 2007, acontecia a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2ª CNPM), com a participação de 200 mil mulheres - sendo 2.800 delegadas na etapa nacional -, que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado brasileiro e, a partir das resoluções da 2ª CNPM, se elaborava o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM 2015).

Em dezembro de 2011, ocorreu a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM), com 2.125 delegadas na etapa nacional e a participação de 200 mil mulheres em todo o Brasil, resultando na elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PPM 2013-2015) com maior inserção de temáticas de gêneros nas mais diversas frentes de ações do governo federal.

O PPM 2013-2015 constituiu-se em um elemento estrutural da configuração de um Estado democrático. Contribuiu para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres, aprovada a partir de 2004 e referendada nas respectivas conferências tratadas nos parágrafos anteriores. Como um plano nacional, reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres, quais sejam:

1. autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
2. busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos;
3. respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação;
4. caráter laico do Estado;
5. universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado;
6. participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas pública; e,
7. transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Uma das metas do PNPM 2013-2015 era atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em programas distintos e descentralizados, entre estes, o Programa Mulheres Mil, bem como a capacitação de 100 mil mulheres em 2014 do PNMM em todo o Brasil.

Em levantamento realizado pela Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educação - SETEC/MEC, a execução do PMM ocorreu fortemente por meio da associação ao Pronatec, em 2013. Os dados da secretaria mostram que o projeto piloto, aplicado entre os anos de 2008 e 2010, teve 348 matrículas. De 2011 a 2013, o programa nacional, como proposto na portaria, teve cerca de 38,4 mil matrículas. Com o Pronatec, de 2014 a 2016, foram atingidas mais de 61,8 mil ofertas, totalizando 100.718 vagas ofertadas.

O Programa vem sendo conduzido pela SETEC/ MEC e implantado pela Rede Norte e Nordeste de Educação Profissional e Tecnológica (REDENET), com a Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, o Conselho Nacional de Dirigentes dos Centros Federais de Educação



Profissional e Tecnológica (CONCEFET), o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Vimos que, o Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do governo federal brasileiro, entre estas, o alcance do projeto Metas Educativas 2021 – “a educação que queremos para a geração do bicentenário” – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros, em dezembro de 2010. Dessa forma, fundamentado na Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, foram implantados núcleos de desenvolvimento do Programa em todo o território nacional, com a perspectiva de atingir 100 mil mulheres até 2014 (BRASIL, 2007). Essa metodologia inclui a estrutura e os serviços acadêmicos e de assistência social, e faz parte de uma cultura inclusiva, que promove uma comunidade escolar segura, solidária, acolhedora, colaborativa e estimulante.

Diante do exposto, consideramos ser relevante analisar como vem sendo visto o PMM como política pública, e de igual modo como são definidos educação e trabalho, tal qual se objetiva nesse trabalho. Na próxima seção, abordaremos educação, trabalho e políticas públicas, tendo como suporte o estado do conhecimento sobre o PMM na pós-graduação *stricto sensu* do Brasil, constante do acervo do Catálogo de Teses e Dissertação da CAPES.

3. EDUCAÇÃO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL (2013-2018)

Os resultados da busca dão conta de que há 56 trabalhos acadêmicos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes sobre o PMM, sendo 46 dissertações e 10 teses, no período de 2013 a 2018, posto que retiramos as dissertações de Nascimento (2015), Almeida (2016) e de Giraldo (2017), bem como, as teses de Altoe (2017), Corcetti (2018), Diniz (2018), pois, apesar de terem sido encontradas através da busca no referido Catálogo, foram desconsideradas devido à ausência dos arquivos completos em acesso livre dessas produções. Para a análise, produzimos uma planilha, contendo as referências, o nome do programa de pós-graduação e as palavras-chaves.



Após essa sistematização, fizemos a análise de 43 dissertações, verificando, inicialmente, a ocorrência em suas palavras-chave dos termos: Educação, Trabalho e Políticas Públicas. Destas, 11 não possuíam a ocorrência de nenhuma das palavras-chave. Por isso, desconsideramos os trabalhos de Alves (2015), Azevedo (2017), Bravin (2015), Duarte (2016), Frazão (2018), Mello (2016), Michelotti (2013), Oliveira (2014), Rosa (2016), Santos (2015), Zago (2016). Após essa seleção, analisamos 32 dissertações que citavam em suas palavras-chaves os termos supracitados. Verificamos as ocorrências desses descritores nos trabalhos, por autor e em conjunto, para, posteriormente, selecionarmos a amostra das dissertações que continham as três palavras-chave utilizadas na pesquisa para uma análise mais apurada, com vistas a analisar como esses temas foram abordados ao longo dos trabalhos. O quantitativo de dissertações e teses analisadas estão dispostas no Gráfico 1 por ano de produção.



Gráfico 1: Produções Acadêmicas *stricto sensu* sobre o PNMM no Brasil - 2013-2018

Fonte: Elaborado pelos autores 2021.

No Gráfico 1, dispomos as informações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando o descritor já citado, inclusive separando as dissertações e teses, e verificamos que as produções tiveram um aumento significativo no ano de 2015 e posteriormente sofreu decréscimo até 2018.

No Gráfico 2 agrupamos os trabalhos por Região do Brasil, e observamos que a produção acadêmica sobre o PMM se concentra no Nordeste e Sul.

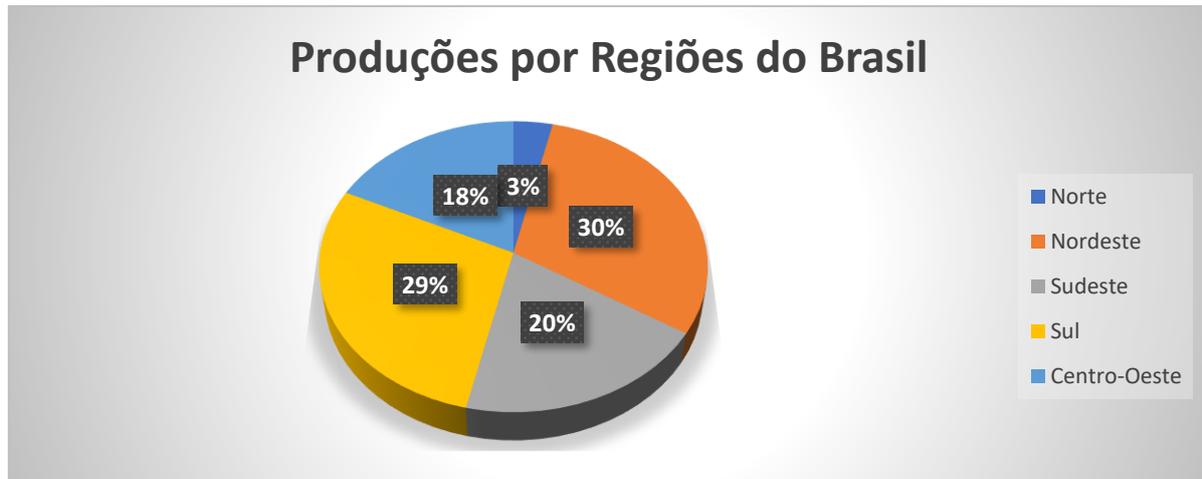


Gráfico 2 – Produções Acadêmicas Programa Mulheres Mil por Regiões do Brasil – 2013-2018

Fonte: elaboração dos autores, 2021.

Visualizamos que, a produção acadêmica sobre o PMM apresenta baixos números nas regiões Norte e Centro-Oeste, sendo 3% e 18% respectivamente, e que é elevado o número de produções no Nordeste e Sul, 30% e 29% respectivamente, demonstrando que os estados das regiões Nordeste e Sul do Brasil concentram 59% das produções acadêmicas, de 2013 a 2018, sobre o PMM.

Quanto às teses, do total de 10 encontradas na pesquisa, 3 delas não estavam com os arquivos disponibilizados na plataforma e na análise dos trabalhos. Observamos ainda que, 3 não possuíam a ocorrência de nenhuma das palavras-chave em estudo em nossa pesquisa: Costa (2017), Ferreira (2017), Moraes (2018). Desse modo, analisamos 4 teses, conforme listadas no Quadro 3.

No Quadro 1, apresentamos as referências das dissertações que tratam efetivamente do PMM e citam em suas palavras-chave: Educação, Trabalho e Políticas Públicas.

Quadro 1 – Referências das Dissertações acerca do PNMM – 2013-2018

Nº	REFERÊNCIAS	PALAVRAS-CHAVE
1	OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: Interfaces Com a Educação e o Trabalho. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.	Trabalho. Educação. Mercado de Trabalho. Programa Mulheres Mil.
2	RIBEIRO, Leticia Erica Goncalves. A Qualificação Profissional e Cidadã: um Estudo do Programa Mulheres Mil, a Partir da Experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.	Educação. Trabalho. Gênero. Políticas Públicas. Programa Mulheres Mil.
3	GOMES, Arlene da Silva. O Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Amapá – IFAP, Campus Macapá: um Estudo sobre os Impactos do Curso de Assentamento de Cerâmica e Porcelanato na Vida das Egressas. 2014. 74 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.	Educação Profissional. Mulheres Mil. Inclusão Social.

4	<p>ARAUJO, Suede Mayne Pereira. Mulheres em Situação de Fragilidade Social e o Programa Mulheres Mil: o Papel das Políticas na Perspectiva de Emancipação para o Trabalho. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.</p>	<p>Mulher; Educação; Políticas Públicas; Trabalho; Programa Mulheres Mil.</p>
5	<p>CARDOSO, Geocivany Lima. Políticas Públicas de Apoio à Inclusão Socioeconômica de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade: a Visão dos Gestores sobre o Programa Nacional Mulheres Mil No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.</p>	<p>Políticas Públicas. Políticas Educacionais. Gênero.</p>
6	<p>COUTINHO, Jordania Medeiros. As Trilhas do Empoderamento Feminino no IFBaiano – Campus Uruçuca. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.</p>	<p>Gênero; Empoderamento; Programa Mulheres Mil; Educação.</p>
7	<p>GOMES, Crisoneia Nonata de Brito. Programa Mulheres Mil: uma Oportunidade de Reinserção Social Cidadã às Reeducandas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.</p>	<p>Programa Mulheres Mil. Educação. Mulheres Privadas de Liberdade. Políticas Públicas. Reinserção Profissional de Mulheres Encarceradas.</p>
8	<p>KANAAN, Hanen Sarkis. “Quando eu Sai de Casa” – Inventário das Políticas Públicas e Práticas Educativas Emancipatórias do Programa Mulheres Mil. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2015.</p>	<p>Políticas Públicas; Gênero; Emancipação; Programa Mulheres Mil.</p>
9	<p>LOPES, Marcia Cecília Ramos. Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Goiás (2011-2013): a Inserção das Mulheres no Mundo do Trabalho sob o Olhar de Gestoras(es) e Professoras(es). 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.</p>	<p>Inclusão produtiva de gênero. Educação Profissional. Internacionalização de Políticas Públicas.</p>
10	<p>MANTOVANI, Talita Rafaela D Agostini. A política de formação profissional no Programa Mulheres Mil: uma análise da experiência desenvolvida no Instituto Federal do Paraná. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2015.</p>	<p>Educação, Educação Profissional, Política Pública, Gênero.</p>
11	<p>PEREIRA, Juliana de Souza Augustin. Programa Mulheres Mil: uma Análise no Campo das Políticas de Inclusão do IFSC. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.</p>	<p>Educação Profissional, Política de Inclusão, Institutos Federais.</p>
12	<p>SILVA, Carla Renata Capile. Programa Mulheres Mil: Subjetividade, Inclusão e Governabilidade. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.</p>	<p>Programa Mulheres Mil; Estado; Políticas públicas.</p>



13	SILVA, Cleonice Maria da. Formação de Trabalhadoras: o Programa Mulheres Mil sob o Olhar de suas Educadoras. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.	Políticas educacionais. Políticas sociais. Educação profissional. Relações de gênero. Educação não formal.
14	TELES, Fabiene Brito Mendes. Programa Mulheres Mil: um Olhar sobre a Inserção das Egressas no Mundo do Trabalho. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.	Políticas Públicas; Educação; Trabalho; Qualificação Profissional; Mulheres Mil.
15	TUNIN, Andrea Simoni Manarin. A Escola e sua Vertente Social: uma Análise do Programa Mulheres Mil enquanto Política de Inclusão nos Institutos Federais de Educação. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.	Políticas de Inclusão; Programa Mulheres Mil. Institutos Federais de Educação.
16	TUPINA, Erica Souza. Políticas Públicas para Mulheres de Baixa Renda no Brasil: Estudo de Caso sobre o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Pirapora. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.	Políticas públicas, Mulheres de baixa renda, Programa Mulheres mil.
17	CARVALHO, Andreia Rosa de. As Políticas Públicas de Certificação: Uma Análise de Conteúdo da Proposta do Programa Mulheres Mil (2014). 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.	Educação Profissional; Mulheres Mil; Políticas Públicas.
18	FERREIRA, Silverli Marcia. “Mulheres Mil” Como Política Pública de Inclusão Social: uma Análise do Empoderamento Feminino. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.	Empoderamento Feminino; Políticas Públicas; Programa Mulheres Mil.
19	GOIS, Evelin Lorenna Paixao de. Programa Mulheres Mil: Interfaces de Gênero na Capacitação de Mulheres para o Mercado de Trabalho em Palmas. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.	Gênero. Desenvolvimento. Políticas Públicas. Divisão Sexual do Trabalho.
20	GUERRA, Suzana Curi. Relevância do Programa Mulheres Mil Para o Capital Social das Participantes. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.	Programa Mulheres Mil. Capital social. Políticas Públicas. Participação e Cidadania. Empoderamento.
21	NUNES, Widglan Barbosa de Sousa. Capital Social e o Programa Mulheres Mil no Âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/Campus Imperatriz. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.	Gestão; Desenvolvimento Regional; Programa Mulheres Mil; Educação.



22	SILVA, Marta Helena Feitosa. Curso de Letramento Laboral para Cuidadores de Idosos: uma Proposta de Intervenção. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.	Letramento no trabalho - Práticas; Letramento laboral - Oficinas; Cuidadoras de Idosos - Empoderamento; IFRN - Programa Mulheres Mil.
23	SILVA, Simone Fernandes da. Cidadania e Formação Profissional de Mulheres: uma Análise do Programa Mulheres Mil no Município de Guarabira/PB. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.	Mulheres Mil; Educação; Cidadania; Formação Profissional.
24	COTA, Cristiane Araújo da Silva. O Discurso sobre o Papel das Mulheres no Âmbito do Programa Mulheres Mil. 2017. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.	Mulheres; Políticas Públicas; Discurso.
25	DAMASCENO, Patricia. O Programa Mulheres Mil Pela Via Trabalho e Educação: uma Experiência Desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Maranhão. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação De Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.	Políticas Públicas para Mulheres; Educação Profissional; Trabalho.
26	NASCIMENTO, Gutemberg Virginio do. Programa Mulheres Mil: Um Estudo de Caso no IFPE – Campus Ipojuca. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade de Pernambuco, Recife, 2017.	Política Pública; Mulheres; Educação; Programa Mulheres Mil.
27	PONCIANO, Roberta Rodrigues. O Mundo do Trabalho e a Qualificação Profissional [Manuscrito]: Análise das Egressas do Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Itumbiara. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.	Qualificação profissional; Trabalho; Programa Mulheres Mil.
28	ROCHA, Rita de Cassia. O Programa Nacional Mulheres Mil no Contexto das Políticas Públicas de Educação Profissional No Brasil. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.	Educação Profissional – Políticas Públicas; Programa Nacional Mulheres Mil; Cidadania.
29	RODRIGUES, Silvia Helena Oliveira. A Inserção das Mulheres Participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no Mercado de Trabalho. 2017. 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) – Escola Superior e Teologia, São Leopoldo, 2017.	Políticas Públicas; Gênero; IFCE; Mercado de Trabalho; Inclusão.
30	ALMEIDA, Daniel Cabral de. Avaliação de Políticas Públicas: um Estudo de Caso do Programa Mulheres Mil em Alagoas com enfoque na Eficiência, Eficácia e Efetividade. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.	Avaliação de políticas públicas; Programas sociais; Eficiência; Eficácia; Efetividade.



Quadro 2 – Autores e definição de Educação, Trabalho e Políticas Públicas.

AUTORES	Definição de Educação	Definição de Trabalho	Definição de Políticas Públicas
ARAUJO, Suede Mayne Pereira (2015)	A ênfase da educação para o trabalho da mulher é apontada como empoderamento e conquista de espaço, sem levar em conta a territorialidade, a dessocialização e todo mecanismo que estrutura a vida das pessoas excluídas. As políticas chegam de forma verticalizada, são implantadas, entretanto não garantem acesso a todos os excluídos.	Compreendemos o PNMM enquanto uma política que responde à forma estatista, levando em consideração a desigualdade alarmante na sociedade. Para tanto, ao mesmo tempo em que o sistema econômico exclui o Estado cria programa para minimizar a questão social da desigualdade social e, assim, chega à política de educação do PMM ao Campus de Ilhéus, como forma de garantir a inclusão e emancipação de mulheres do entorno.	A pesquisa propôs discutir políticas para as mulheres – sem perder de vista o papel do Estado enquanto garantidor de direitos – e estimular a compreensão sobre cidadania do grupo de mulheres do entorno do IFBA - Campus de Ilhéus, vistas como protagonistas de uma realidade social.
TELES, Fabiene Brito Mendes. (2015)	Na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, foram discutidos vários eixos das políticas públicas. São eles: Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional; Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar; Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação; Financiamento da Educação e Controle Social. A articulação e estreitamento entre esses pontos principais são de suma importância para a construção de um sistema articulado de educação.	Falar e discutir sobre educação para o mundo do trabalho perpassa por dimensões mais amplas e profundas, onde as diversas mudanças nos modelos de produção apresentam-se diretamente ligados à educação e ao trabalho. Não se trata de falar apenas em qualificação, mas, de pensar no indivíduo, nas suas potencialidades, na sua postura enquanto cidadão e trabalhador.	Assim, para que uma política pública seja efetivada, faz-se necessário conhecer o contexto no qual irá se desenvolver, pois cada realidade apresenta elementos novos de ordem social, econômica, cultural, política, entre outras. Com isso, a execução de uma política em longo prazo, como o Programa Mulheres Mil, engloba determinantes que influenciam direta ou indiretamente no desenvolvimento das ações, recursos, estratégias, avaliações.

DAMASCENO, Patricia (2017)	Compreender o papel do Estado na promoção das políticas sociais no âmbito da Educação Profissional, sob as transformações e reestruturação do modelo capitalista de produção que, ao longo do tempo, se reorganizou com o neoliberalismo, inculindo na Educação um propósito ideológico e pragmático, direcionado a uma qualificação que atenda aos interesses do capital.	Vale destacar o trabalho feminino diante da flexibilização do mercado de trabalho, pois as mulheres estão inseridas em empregos de tempo parcial que podem ser compatibilizados com os trabalhos domésticos e, como mão de obra secundária, aceitam salários inferiores e relações de trabalho precárias.	Contextualizando as políticas públicas para mulheres e a proposta de inclusão produtiva e educacional do Programa Mulheres Mil, a partir dos seguintes eixos de análise da avaliação em profundidade: o conteúdo do PMM, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; a trajetória institucional e o espectro temporal e territorial abarcado pelo Programa.
-----------------------------------	--	---	---

Fonte: elaboração dos autores, 2019.

Como podemos observar, as definições dos descritores incorporam o papel do Estado como promotor do PMM como política pública, bem como questões sociais e econômicas envolvidas na problemática de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

No Quadro 3 apresentamos as referências das teses que tratam efetivamente do PMM e citam em suas palavras-chave: Educação, Trabalho e Políticas Públicas.

Quadro 3 – Referências e palavras-chave das Teses acerca do PMM – 2014-2017

Nº	REFERÊNCIAS	PALAVRAS-CHAVE
1	CAMPOS, Jussara Maysa Silva. Qualificação Profissional De Mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional . 2015. 150 f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.	Segurança Alimentar e Nutricional, Vulnerabilidade Social e Educação.
2	COSTA, Valeria Machado da. Letramento Multissemiótico por Meio do Infográfico: um Estudo de Caso com Alunas do Programa Mulheres Mil . 2014. 256 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.	Infográfico, Letramento multissemiótico, Educação de jovens e adultos, Aprendizagem ao longo da vida.
3	HECKLER, Gisele Lopes. A Docência na Educação de Jovens e Adultos: um Estudo a Partir do Programa Mulheres Mil no IFSUL – Câmpus Sapiranga/RS . 2017. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.	Docência; Educação de jovens e adultos; Educação profissional; Mulheres mil e gênero.
4	TRINDADE, Fernanda De Magalhaes. As Significações do III Plano Nacional de Políticas Para As Mulheres e do Programa Mulheres Mil: Educação Profissional para Mulheres Pobres . 2017. 259 f. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017.	Educação profissional; Mulheres pobres; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Programa Mulheres Mil; Trabalho.

Fonte: elaboração dos autores, 2021.

As palavras-chaves encontradas estão apresentadas conforme a nuvem de palavras na Figura 2:



Figura 2 - Nuvem de palavras nas Teses acerca do PMM – 2014-2017

Fonte: Elaboração dos autores -2021.

As palavras-chaves que mais se destacaram na nuvem de palavras citadas nas teses foram os 2 termos: mulheres e educação, ao confirmar que, os trabalhos sobre a temática PMM aborda em suas pesquisas as concepções relacionadas diretamente a essas palavras, demonstrando a sua importância nos estudos da temática dessa pesquisa. No entanto, a tese de Trindade (2017) é a única que trata das três palavras-chave: Educação, Trabalho e Políticas Públicas.

Quadro 4 – Autores, Definição de Educação, Trabalho e Políticas Públicas.

AUTORES	Definição de Educação	Definição de Trabalho	Definição de Políticas Públicas
TRINDADE, Fernanda De Magalhaes (2017)	A estreita relação entre a teoria do capital humano e a educação está na importância que a primeira atribui à segunda, no sentido desta última funcionar não só como um investimento para o aumento da produtividade das mulheres, enquanto trabalhadoras, como também para a maximização crescente dos rendimentos ao longo da vida.	O trabalho não pode mais ser encarado meramente como uma mercadoria, reduzida à força de trabalho e ao tempo empregado na realização de determinada atividade. O trabalho, sob a ótica econômica neoliberal, comporta todo um capital humano útil aos interesses do mercado.	O processo de formação de uma política pública tem início a partir da identificação de um problema que demande uma intervenção do governo para a sua resolução, na direção de melhorar a qualidade de vida da população. As políticas analisadas nesta tese – III PNPM e Programa Mulheres Mil – são políticas de ações afirmativas de governo, com o objetivo de corrigir desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira.

O trabalho de Araújo (2015) mostra que as análises desenvolvidas ao longo da pesquisa demonstram a importância do movimento social que propiciou a discussão de propostas políticas e de reivindicações de direitos, de justiça social, de educação e de trabalho, que devem ser respeitados por todos. Esse foi o resultado que a referida pesquisadora pôde deixar para as mulheres envolvidas na pesquisa do Campus Ilhéus do IFBA.

No trabalho de Teles (2015), a autora concluiu que:

Com base na compreensão que as Políticas Públicas assumem um importante papel no progresso de uma sociedade e que o mundo do trabalho é um vasto campo de discussão, é imprescindível pensar na qualificação das pessoas oportunizando-as um desenvolvimento para além do mercado de trabalho. Nesse sentido, a agenda das ações governamentais deve estruturar programas que primeiramente conheçam a realidade das regiões, estados e cidades brasileiras, considerando seu desenvolvimento local. (TELES, 2015, p. 113).

Para Damasceno (2017), a pesquisa revelou o seguinte:

Os dados da pesquisa revelaram que a formação profissional, particularmente aquelas voltadas para as mulheres, funcionam como mecanismos de conformação de trabalhadores à lógica do capital. Embora tais políticas busquem justificar-se pelo aumento da empregabilidade dos trabalhadores e pelo fomento de práticas empreendedoras, tornam-se também funcionais ao capital, por terem um papel ativo de formação de trabalhadores para a ocupação de postos precarizados. Busca-se a mínima formação necessária para esses trabalhadores inserirem-se no mercado de trabalho, de forma a suprir as necessidades do capital para a realização de tarefas de pouca complexidade, mas fundamentais ao processo geral de produção capitalista e de acumulação do capital. (DAMASCENO, 2017, p. 105).

Para Trindade (2017), após os estudos dos documentos que institucionalizam as políticas do PMM, outra questão de pesquisa teve de ser respondida: quais as significações produzidas nas mulheres beneficiárias do Programa Mulheres Mil?

A resposta veio com as narrativas de Maria Rita, Maria Teresa, Maria Inês e Ana Maria, com as quais constatei que o Programa não representou para essas mulheres o que se propôs, de acordo com a análise documental, pois não significou a integração plena e absoluta das mulheres nas diversas esferas da sociedade do capital, nem tampouco a elevação geral de suas condições de vida. A educação profissional e os valores de igualdade no mundo do trabalho e de autonomia econômica são promessas presentes nos documentos desse Programa para uma “vida melhor” das mulheres beneficiárias e de suas famílias; porém, trata-se de valores imaginários, e não reais, de uma educação profissional pobre para mulheres pobres. (TRINDADE, 2017, p. 215-216, grifo no original).

Políticas públicas foi o termo que mais apareceu nos trabalhos analisados, podendo-se chegar à conclusão de que esses estudos sobre políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de vulnerabilidade social tornaram-se as questões mais abordadas. Diante das definições apresentadas nos trabalhos analisados, observamos que indistintamente todos se reportam ao Estado como responsável pela condução do programa, direta e indiretamente, e que este tem como finalidade buscar diminuir as desigualdades sociais via políticas de trabalho e renda para mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa percepção de políticas públicas vista nos trabalhos se aproxima da definição de Wu et al (2014) e de Rocha e Silva (2021).

Os trabalhos, em sua maioria, tentam trazer uma discussão situada sobre educação e trabalho articulados à visão de mercado de trabalho. Todavia, com base na compreensão de que as políticas públicas assumem um importante papel no progresso de uma sociedade, e que o mundo do trabalho é um vasto campo de discussão, é imprescindível pensar na qualificação das pessoas, oportunizando-as um desenvolvimento para além do mercado de trabalho.

Nesse contexto, a agenda das ações governamentais deve estruturar programas que primeiramente conheçam a realidade das regiões, estados e cidades brasileiras, considerando seu desenvolvimento local e a viabilidade de trabalho existente, no sentido de que a educação, como formação para o trabalho, deve considerá-los como fenômenos histórico-sociais e existenciais na perspectiva de Saviani (2007).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do conhecimento aqui abordado identificou que os trabalhos que possuem como palavras-chave políticas públicas têm suas discussões voltadas diretamente para mulheres em situação de vulnerabilidade social. E, nessa lógica, apontam o Estado como o responsável pelo programa e essa influência tanto direta quanto indiretamente, na sua efetividade, qual seja diminuir a desigualdade social via política de trabalho e renda para mulheres nesse contexto de vulnerabilidade.

Consideramos que, a análise nos possibilitou compreender que há articulação, integração e utilização das estruturas e serviços de suporte e apoio (serviço social, psicologia) formando uma rede colaborativa para a implantação do PMM. Essa rede é constituída por serviços ofertados pelas



próprias instituições ofertantes ou em parcerias locais para melhorar e ampliar a capacidade de atendimento, visando responder adequadamente à diversidade das mulheres e de suas demandas sociais, econômicas, educacionais e profissionais no sentido de minimizar os efeitos nefastos da vulnerabilidade social na qual se encontram.

Salientamos que, o fato de as mulheres possuírem uma nova certificação é importante, mas não é determinante para lhes assegurar a inserção no mundo ou no mercado de trabalho. Vemos que, essa perspectiva de educação profissional que o Programa oferece está em maior sintonia com os interesses da produção do que com a real redução da pobreza – como podemos verificar com a incorporação do PMM ao Pronatec.

Por fim, consideramos pertinente novos estudos sobre a temática e sobre o PMM, trazendo novas abordagens e metodologias sem perder a intencionalidade de tentar promover, via educação para o trabalho, a melhoria das condições de vida de mulheres brasileiras em situação de vulnerabilidade social.

5. REFERÊNCIAS

- Almeida, U. G. de (2016). **A violência Obstétrica na Perspectiva das Egressas do Programa Mulheres Mil, Mulheres do Vale em Minas Gerais**. 111 f. Dissertação de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina: UFVJD.
- Altoe, A. P. (2017). **O Estado e A Cidadania Feminina: vozes das mulheres mil**. 232 f. Tese Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes: UENFDR.
- Alves, C. B. C. (2015). **Programa Mulheres Mil no Campus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás: uma possibilidade de inclusão social e acesso à educação**. 2015. 100 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia: PUC-GO.
- Azevedo, A. N. de M. (2017). **Divisão Sexual Do Trabalho e Questão Regional: trajetória das desigualdades e suas relações**. 2017. 193 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional Instituição de Ensino. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA.
- Brasil. (2012). **Guia metodológico do sistema de Acesso, permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. MEC/MDS.



- Brasil. (2011). Ministério da Educação. **Mulheres Mil: do sonho à realidade - *Thousand women: making dreams come true - Mile femmes: du revê à la réalité.*** Organização: Stela Rosa. – Brasília: MEC.
- Brasil. (2005). **I Plano Nacional de Políticas para Mulheres Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.** Brasília-DF.
- Brasil. (2008). **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.** Brasília-DF.
- Brasil.(2012). **III Plano Nacional de políticas para Mulheres.** Brasília-DF, 2012.
- Brasil. (2007). Ministério da Educação. **Projeto Mulheres Mil.** Projeto Mulheres Mil - Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá - ACCC/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC- MEC.
- Brasil. (2011). **Portaria Interministerial nº 1.015/2011.** Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Diário oficial da União nº 140, Seção 1, página 38, sexta-feira, 22 de julho de 2011.
- Brasil. (2014). **Lei nº 13.005/2014.** Plano Nacional de Educação – 2014-2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 de setembro de 2019.
- Bravin, S. M. R. (2015). **A Contribuição do Programa Mulheres Mil para a Formação de Capital Social.** 190 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas.
- Cabral Neto, A. (Org.) (2004). **Política educacional: desafios e tendências.** Porto Alegre: Sulina.
- Cabral Neto, A. (2012). **Mudanças socioeconômicas e políticas e suas repercussões no campo da política educacional.** Natal: Mimeo.
- Costa, M. E. P. (2017). **Práticas de Letramentos: os gêneros como mediadores dos letramentos de estudantes do Programa Mulheres Mil.** 240 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília.
- Corcetti, E. (2018). **Análise do Policy Design do Programa Mulheres Mil: caminhos da inclusão?** 215 f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Creswell. J. W. (2010). **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. Porto Alegre: Artmed.
- Diniz, M. R. M. (2018). **Vozes Em Diálogo No Promil: uma construção discursiva em torno do ser feminino.** 200 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.



- Duarte, K. C. F. P. (2016). **Identidade de Gênero Feminino no Programa Mulheres Mil: verdades, poder e subjetivação**. 2016. 183 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Jataí: UFGO.
- Fernandes, C. M. B., Morosini, M. C. (2014). Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, 5(2), 154-164.
- Ferreira, M. J. de R. (2017). **Interdições e Resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT**. 285 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES.
- Frazão, R. C. (2018). **A Produção de Cartas das Mulheres/Alunas do Programa Mulheres Mil Como Objeto de Pesquisa em História Da Educação (Campus Açailândia – MA 2012-2013)**. 105 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: UVRS.
- Giraldo, A. F. R. (2017). **Processo De Modificação de Modos de Vida Em Um Distrito Rural da Serra do Espinhaço Meridional sob Impacto de Atividade Minerária**. 120 f. Dissertação de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina: UFVJM.
- Stela Rosa (2011). Mulheres mil: do sonho à realidade. *Thousand women: making dreams come true = Mile femmes : du revê à la réalité*. Organização: . – Brasília: Ministério da Educação.
- Mello, J. A. de. (2016). **A Modelagem Matemática na Perspectiva Sócio-Crítica: uma experiência em um curso de costureiras**. 95 f. Dissertação de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino De Matemática. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRS.
- Michelotti, A. A. H. (2013). **Proposta de Portfólio como Instrumento de Reconhecimento e Avaliação de Aprendizagens no Programa de Qualificação Profissional Mulheres Mil**. 129 f. Dissertação de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino Científico e Tecnológico. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim.
- Moraes, M. G. de. (2018). **Mulheres Analfabetas e Inscrições de suas Heranças: aproximações e distanciamentos na educação de suas filhas**. 157 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.
- Nascimento, S. D. (2015). **Geração de Renda para as Mulheres: uma Avaliação de Impactos do Programa Mulheres Mil na Ótica das Egressas em São Luís/MA**. 130 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, São Luís.



- Oliveira, S. A. de A. (2014). **Mulheres, Conquistando Espaços Dentro do Instituto Federal de Educação Ciência E Tecnologia Do Ceará (IFCE) – Campus Iguatu**. 110 f. Dissertação de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Teologia Escola Superior de Teologia. São Leopoldo: EST.
- Panarari-Antunes, R., de Souza, G., Klososki, S., Dias Júnior, J., & Figueira, F. (2016). Análise do “Programa Mulheres Mil” no IFPR, *campus* Paranaíba: a transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero. *Holos*, 1, 153-160.
- Plataforma Capes. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: junho de 2019.
- Rocha, R. de C. (2017). **O Programa Nacional Mulheres Mil no Contexto das Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil**. 2017. 179 f. Dissertação de Mestrado em Educação Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Natal: IFRN.
- Rocha, R. de C., Silva, L. L. S. (2016). **Política Pública para Mulheres e Cidadania: O Programa Mulheres Mil**. In: III Congresso Nacional de Educação. **Anais** do III CONEDU. Editora Realize.
- Rocha, R. de C.; Silva, L. L. S. (2021). O acordo bilateral Brasil/Canadá na educação profissional para o programa Mulheres Mil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, S.I.], v. 1, n. 20, p. 1 – 25. e12952, set. 2021.
- Rosa, S. M. M. (2016). **Reconhecimento de Saberes no Programa Mulheres Mil: entre a Colonialidade do Poder e de Gênero**. 287 f. Dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC.
- Santos, M. A. de P. (2015). **Programa Mulheres Mil e o Desenvolvimento Comunitário: um Estudo sob a Ótica da Tecnologia Social**. 132 f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati: UECO.
- Saffioti, H. I. B. (2013). **A Mulher na Sociedade de Classes mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Saviani, D. (2012, jan/abr). Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, 12(34), p. 152-180.
- Sousa, L. P. de, Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**. 30(87), p. 123-139.
- Uchoa, A. M. da C. (2015). **O Proeja como inquilino: impactos preliminares do processo de implementação do programa no IF SERTÃO PE – Campus Petrolina 2006-2013**. 160 f. Dissertação de Mestrado em Educação Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Natal: IFRN.



Zago, R. C. (2016). **Inovação Social**: estudo do Programa Mulheres Mil. 160 f. Dissertação de Mestrado em Administração da Universidade Regional de Blumenau. Blumenau: URB.

Wu, X. (2014). **Guia de Políticas Públicas**: gerenciando processos. Brasília; ENAP,. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/45451-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-contam-com-100-mil-vagas-em-programa-de-capitacao>. Acesso em: 20 fev. 2019.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Duarte, T. T. da S., Azevedo, M. A. de (2021). Definições de educação, trabalho e políticas públicas em estudos sobre o programa nacional mulheres mil no brasil. *Holos*, 37(8), 1-23.

SOBRE OS AUTORES

EXEMPLO

T. T. DA S. DUARTE

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN (2019-2021). Especialista em Controladoria para Gestão Pública e Terceiro Setor pela UFRN (2010). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2004). Atualmente é assistente em administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Ciências Contábeis, com ênfase em Gestão Pública. Membro do Observatório de Políticas Públicas em Educação Profissional - OppEP-IFRN-CNPq. E-mail:

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1771-3512>

M. A. DE AZEVEDO

Doutor (2010) e Mestre (2006) em Educação (Política e Gestão), pela UFRN. Especialista em Processos Educacionais (2003) e graduado em Pedagogia (2000), também pela UFRN. cursou estágio Pós-Doutoral (2013-2014) em Sociologia da Educação, pela Universidade do Minho/Portugal. É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, trabalhando em cursos, projetos e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional - PPGEP/IFRN. Temas de interesse: Avaliação de políticas públicas, Educação profissional, Formação e trabalho docente, Educação do Campo e Povos Tradicionais, Educação de Jovens e Adultos, e pesquisa e inovação. Membro de Associações acadêmico-científicas brasileiras, como a SBPC e a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, e de associações internacionais, como a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Líder do Observatório de Políticas Públicas em Educação Profissional - OppEP-IFRN-CNPq. Lotado no Campus Natal Central do IFRN, atualmente atua em cooperação técnica com o Campus Caicó do IFRN.. E-mail: rgnorte@ifrn.edu.br.

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-1964-786X>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas Ad Hoc: LENINA SILVA E ADRIANA SOUZA



